

EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA: PERSPECTIVAS PSICOPEDAGÓGICAS

Leonardo José da Silva Sobral – UNOPAR – leonardosobral76@gmail.com

Maria Irene Miranda – UFU – mirene@ufu.br

Eixo temático 2: Práticas Pedagógicas e Psicopedagógicas na perspectiva da diferença humana.

Resumo

Este trabalho tem como temática a “Educação Física inclusiva na perspectiva psicopedagógica”. A proposta contempla as séries iniciais do ensino fundamental, por ser um período importante no desenvolvimento e escolarização da pessoa com deficiência. O objetivo é contribuir com o processo de inclusão educacional e social de alunos com deficiência. Por meio do projeto espera-se responder as seguintes questões problematizadoras: Como trabalhar a Educação Física na perspectiva psicopedagógica nos anos iniciais do ensino fundamental de forma a contribuir para inclusão de alunos com deficiência? Como atuar em parceria com os demais professores da escola e com as famílias para favorecer a inclusão? Como o professor de Educação Física pode reestruturar seus saberes e suas práticas junto a alunos com deficiência tendo como referência os princípios da psicopedagogia? Os dados foram coletados através de entrevistas e observação, cuja análise está fundamentada na revisão da literatura, organizada em três eixos: histórico da pessoa com deficiência; as relações entre deficiência, inclusão e escolarização; a educação física e o esporte - um novo olhar sobre a deficiência. No desenvolvimento do referencial teórico foram revisitados pesquisadores e estudiosos da educação inclusiva e da psicopedagogia. Considerando a natureza da pesquisa participante são propostas atividades flexíveis que envolvem os alunos da escola campo, com e sem deficiência, os professores de educação física e demais professores, assim como as famílias. No decorrer do trabalho, com o respaldo da psicopedagogia, são enfatizadas as capacidades do aluno aprendente.

Palavras-chave: Educação Física, Inclusão, Psicopedagogia

Introdução

Uma análise da realidade social e educacional revela o enfrentamento de inúmeros desafios, dentre eles a inclusão de pessoas com deficiência. Historicamente estas pessoas passaram por diferentes condições, desde o sacrifício, a caridade até as atuais buscas de inclusão em variados contextos.

Em sentido amplo inclusão significa:

O conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pelas diferenças de classe social, educação, idade, deficiência, gênero, preconceito social ou preconceitos raciais. Inclusão social é oferecer oportunidades iguais de acesso a bens e serviços a todos.

(https://pt.wikipedia.org/wiki/Inclus%C3%A3o_social)

A inclusão de pessoas com deficiência no contexto educacional remete ao paradigma da Educação Inclusiva, o qual está fundamentado nos direitos humanos e ainda conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis. (BRASIL, 2008).

Numa perspectiva multidimensional de desenvolvimento humano busca-se superar a ideia de que a deficiência é uma condição estática e permanente, considerando que o desenvolvimento ocorre conforme os apoios e mediações oferecidos a pessoa. Sendo assim, a escola é uma instituição cujo espaço - físico, relacional, social, pedagógico - deve ser inclusivo.

Nesse sentido a Declaração de Salamanca¹ afirma que:

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresente. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola. (UNESCO, 1994, p.11/12).

Com base no princípio preconizado na Declaração de Salamanca, o atendimento a pessoas com deficiência coloca a necessidade de formação e preparo, cujo conhecimento respalda ações favoráveis a evolução global. No entanto é sabido que os cursos de formação de professores deixam a desejar em relação a educação inclusiva, desafiando e angustiando os profissionais que, quase sempre, não sabem como proceder quando se deparam com alunos deficientes. Consequentemente tendem a preservar modelos de ensino tradicional, desrespeitando as diferenças e mantendo uma educação excludente.

A educação inclusiva pressupõe uma escola aberta a todos, um ambiente em que todos aprendem juntos, quaisquer que sejam as suas dificuldades. Se inclusão escolar demanda mudanças pautadas no respeito a todas e qualquer diferença ou característica especial, o processo de ensino precisa ser coerente ao perfil do aluno.

¹ A *Declaração de Salamanca* é uma resolução das Nações Unidas que trata dos princípios, política e prática em educação especial. O documento resultou da **Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais**, realizada entre 7 e 10 de junho de 1994, na cidade espanhola de Salamanca. Foram 92 países que assinaram o documento, dentre eles o Brasil.

Nesse contexto a Educação Física, enquanto componente curricular integrante do sistema de ensino, pode contribuir para inclusão, embora os professores desta disciplina também não se sintam preparados adequadamente para lidar com alunos deficientes, uma realidade presente na maioria das escolas. Rodrigues (2003) afirma que a formação dos professores pouco engloba aspectos referentes a Educação Inclusiva, os conteúdos de informação sobre deficiência são quase inexistentes ou então pouco direcionados para a resolução concreta de problemas comumente encontrados.

O autor considera ainda que a Educação Física não pode ficar indiferente ou neutra no processo de educação inclusiva, pois por meio desta disciplina é possível desenvolver atividades e brincadeiras que promovem a interação entre os alunos e criam oportunidades para as pessoas com deficiência mostrarem que também são capazes de evoluir em conjunto.

Na perspectiva da educação física inclusiva o presente projeto visa propor ações que possibilitem a inclusão de alunos com deficiência, partindo da crença no potencial de atividades que envolvem as pessoas em seu aspecto físico, psicológico e social, como preconiza a psicopedagogia. Nesse sentido Rodrigues (2003) aponta algumas vantagens da educação física: flexibilidade inerente aos conteúdos trabalhados na disciplina; o professor possui uma maior liberdade na organização dos conteúdos facilitando a sua prática e ainda são vistos como profissionais que desenvolvem atitudes positivas perante os alunos, gerando um clima mais favorável à inclusão; a Educação Física facilita a participação dos alunos nas atividades.

A realização deste projeto, além de favorecer a inclusão de alunos com deficiência, contribui também para formação, inicial e continuada, de professores de educação física na perspectiva psicopedagógica, cuja práxis precisa estar respaldada crítica e teoricamente.

Este projeto se destina a alunos e professores/as de Educação Física dos anos iniciais do ensino fundamental. A opção por este segmento de ensino se justifica na importância de oferecer um contexto positivo para escolarização desde o início da vida acadêmica. Por outro lado, o fracasso e desistência dos alunos com deficiência é mais comum nos anos iniciais, tendo em vista que uma quantidade significativa abandona a escola antes de concluir a primeira etapa do ensino fundamental. Essa realidade

contraria a LDBEN/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), segundo a qual o ensino fundamental é obrigatório e universal, considerando toda e qualquer criança em idade escolar.

Partindo da premissa de que a Educação Física é um componente curricular que favorece a inclusão educacional e social de alunos com deficiência, este projeto responde as seguintes questões:

- Como trabalhar a Educação Física nos anos iniciais do ensino fundamental na perspectiva psicopedagógica de forma a contribuir para inclusão de alunos com deficiência?
- Como atuar em parceria com os demais professores da escola e com as famílias para favorecer a inclusão?
- Como o professor de Educação Física pode reestruturar seus saberes e suas práticas junto a alunos com deficiência tendo como referência os princípios da psicopedagogia?

Para responder essas questões faz-se necessário recorrer a diferentes áreas do conhecimento, buscando fundamentos teóricos e metodológicos pertinentes.

Com base na problematização foram elencados os objetivos do projeto, conforme descrição abaixo.

1.1 Objetivos

Geral:

- Contribuir com o processo de inclusão educacional e social de alunos com deficiência nos anos iniciais do ensino fundamental por meio de atividades da disciplina de Educação Física.

Específicos:

- Propor e desenvolver ações esportivas que favoreçam a inclusão;
- Realizar atividades que envolvam professores/as, famílias e alunos com e sem deficiência;
- Propor cursos de formação continuada para professores abordando alternativas de inclusão escolar na perspectiva psicopedagógica

Uma vez definidos os objetivos, por meio da revisão da literatura foi desenvolvido o referencial teórico que respalda a realização do presente estudo.

2 Revisitando os Pressupostos Teóricos

Para revisão da literatura foram abordados aspectos teóricos relacionados ao tema do projeto, assim como sua problematização e objetivos. Assim foram revisitados conceitos atuais e essenciais ao trabalho, considerando a necessidade de elucidar o objeto de estudo em questão, qual seja a educação física inclusiva.

2.1 Breve histórico sobre a pessoa com deficiência

Um retrospecto histórico da pessoa com deficiência revela uma das passagens mais tristes da história da humanidade. Desde os seus primórdios a sociedade discriminou e marginalizou os deficientes, direcionando-lhes atitudes preconceituosas e ações impiedosas, e ainda privando-os de liberdade e direitos.

Na idade antiga era legítimo o extermínio dos deficientes, pois sua condição humana não era admitida. Considerava-se natural os pais sacrificarem seus filhos deficientes, aqueles que conseguiam sobreviver trabalhavam sendo explorados em cidades ou circos que serviam de entretenimento aos ricos.

Com o advento do Cristianismo sua sobrevivência foi garantida pela caridade. Eles recebiam alimentação, abrigo em asilos e conventos, ao mesmo tempo em que eram “responsabilizados” por sua condição, proveniente de um castigo divino pelos seus pecados.

A partir do século XVI, a concepção religiosa de deficiência passa a ser questionada e a causa da deficiência foi considerada de origem orgânica, isentando qualquer influência do meio social.

Somente no século XIX passou-se a considerar a possibilidade de educação das pessoas com deficiência. Historicamente os contextos educativos da pessoa com deficiência variou desde instituições específicas (institutos, escolas especiais) até as escolas regulares, espaço de vivência do desafio de desenvolver uma educação inclusiva.

2.2 Deficiência, inclusão e escolarização

A promulgação da Constituição Federal preconizou a Educação Básica como

direito de *todos* os cidadãos e dever do Estado. Para efetivar este direito fez-se necessário a proposição de políticas inclusivas.

Com o paradigma da inclusão ocorreram grandes mudanças na educação das pessoas com deficiência, foram elaboradas políticas sociais e educacionais favoráveis ao acesso e permanência na escola regular. Em 2008, é aprovada a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Este documento articula a Educação Especial ao projeto pedagógico da escola regular, visando a escolarização da pessoa com deficiência. Para tanto é preciso que a instituição escolar se reorganize e se adéque a diversidade e heterogeneidade dos educandos.

Uma análise crítica da realidade educacional revela que as proposições legais não foram suficientes para efetivar a inclusão social e escolar das pessoas com deficiência. Segundo Ferreira e Ferreira (2004), estudos indicam a precariedade do atendimento educacional a esta população, seja em espaços regulares ou especializados. A maioria dos educadores ainda não compreende que os alunos com deficiência apresentam características que precisam ser consideradas para assegurar a acessibilidade e permanência escolar, assim como o acesso ao conhecimento científico historicamente produzido.

A escolarização na perspectiva inclusiva demanda práticas pedagógicas inovadoras que visam o sucesso escolar. Nesse sentido Mantoan (2003) sugere algumas possibilidades de trabalho do professor para favorecer a aprendizagem dos alunos com deficiência:

- Partir do princípio de que toda criança é capaz de aprender;
- Oferecer as condições para que todos possam aprender de acordo com suas possibilidades;
- Abrir espaço de cooperação, diálogo, solidariedade, criatividade e espírito crítico; exercitados por alunos, professores, gestores e funcionários da escola;
- Estimular e valorizar o professor, oferecendo-lhe formação contínua;
- Abolir a avaliação de caráter classificatório a favor de avaliações processuais.

Ao tratar do processo de escolarização do aluno com (ou sem) deficiência, a função social e política dos educadores e da escola é ensinar, socializando

conhecimentos de forma que estes alunos não sejam privados dos saberes acumulados pela humanidade e possam desenvolver sua autonomia de acordo com suas possibilidades. Dessa forma é possível sonhar com uma escola que provoque transformações qualitativas na sociedade.

Ao estudar os processos de aprendizagem e suas dificuldades, visando a construção do conhecimento, a psicopedagogia contribui para o enfrentamento dos problemas de escolarização, respaldando ações intervencionistas que promovem os alunos em sua capacidade de aprender, seja ele deficiente ou não.

2.3 A Educação Física e o Esporte: um novo olhar sobre a deficiência

Neste cenário de escolarização da pessoa com deficiência, assim como a psicopedagogia, a Educação Física é uma importante aliada, à medida que contribui para o desenvolvimento biopsicossocial dos alunos. Rodrigues (2003) afirma que:

A disciplina curricular de EF pode, com rigor e com investimento, ser efetivamente uma área-chave para tornar a educação mais inclusiva e pode mesmo, ser um campo privilegiado de experimentação, de inovação e de melhoria da qualidade pedagógica na escola. (RODRIGUES, 2003, p.83).

Para tanto qualquer atividade proposta nas aulas de educação física, como brincadeiras e jogos, precisam ser adaptadas, o professor deve buscar recursos para que todos os alunos participem, seja com ou sem deficiência. Oliveira (1988) corrobora com essa premissa ao afirmar que:

Tanto as atividades recreativas podem ser orientadas, quanto às atividades orientadas devem ter caráter recreativo, no sentido de conter ludicidade, espontaneidade e capacidade de proporcionar prazer. O planejamento escolar do professor deve abranger diferentes tipos de atividades e se valer de recursos diversos, como o jogo e a brincadeira. É importante partir do interesse dos alunos para discutir conteúdos das áreas de conhecimento e aspectos da vida, bem como a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular (OLIVEIRA, 1988, p.14).

Existe uma ideia equivocada de que alunos com deficiência não gostam ou não estão estimulados a participar de atividades físicas esportivas e de lazer. Na verdade, com raras exceções, os alunos gostam de participar destas atividades junto a seus colegas de sala. No entanto, o grupo precisa respeitar seus limites, ajudando-os a desenvolver suas habilidades. Privar os alunos deste convívio com o grupo promove a

exclusão.

Ações psicopedagógicas que envolvem brincadeiras e atividades lúdicas tornam possível promover a participação de todos, compreendendo e respeitando as limitações e dificuldades de cada um. Ao brincar e/ou jogar os alunos podem projetar suas frustrações, medos e inseguranças, assim como seus desejos e expectativas; ao mesmo tempo é possível se colocarem no lugar do outro, experimentando sentimentos inéditos. É necessário recuperar e ensinar às crianças o respeito mútuo entre diferentes, ensinar que a diversidade e heterogeneidade são aspectos que enriquecem as relações humanas.

Para efetivar a educação física inclusiva é preciso reconhecer as demandas e o potencial das pessoas com deficiência. Outro aspecto igualmente importante é o vínculo afetivo construído entre os alunos, com e sem deficiência, e entre estes e o professor ou professora, favorecendo a desconstrução da ideia de incapacidade das pessoas com deficiência; uma vez que a partir dos pressupostos psicopedagógicos a ênfase está nas possibilidades e não nas supostas limitações.

É sabido que a educação física surgiu com uma visão homogeneizante, buscando rendimento para fins de competição, dessa forma quem não atingia o resultado almejado era excluído. Nesse contexto não havia lugar para pessoas com deficiência. Atualmente, na perspectiva da inclusão, aceitando e convivendo com a diversidade, a educação física que deve se adaptar ao aluno e não o aluno se adaptar às suas exigências. Sendo assim, a inclusão depende do entendimento e da ação de professores e professoras para que os alunos com deficiência tenham a oportunidade de evoluir e mostrar suas capacidades de aprender e se relacionar.

3 O Percurso Metodológico

A opção metodológica foi a *pesquisa participante*, uma modalidade de trabalho investigativo em que o pesquisador interage com o campo da pesquisa, visando contribuir para resolução de problemas enfrentados pelos participantes.

De acordo com os pressupostos da pesquisa participante o planejamento da ação é construído coletivamente, portanto as bases teóricas que respaldam a proposta e o cronograma de atividades são organizadas pelo grupo de participantes.

Segundo Gil (2003) o desenvolvimento da pesquisa participante compreende três etapas:

1. Construção montagem do projeto – definição das bases teóricas, das técnicas de coleta de dados, do campo da pesquisa.

2. Conhecimento do campo da pesquisa e dos participantes – entrar em contato com o local onde será realizada a pesquisa e com as pessoas que participarão do estudo, explicando a intenção do projeto.
3. Análise crítica dos problemas – identificar os problemas enfrentados pelos participantes no local da pesquisa, formular hipóteses para construção do plano de ação, cujo desenvolvimento visa contribuir para sanar os problemas existentes.

Considerando o delineamento de etapas acima, este projeto está embasado no paradigma interacionista, segundo o qual o sujeito se constitui nas relações com o meio. Para coleta de dados foram propostos os instrumentos de *entrevistas* com professores e *observação* dos alunos com deficiência no contexto de uma escola pública de ensino fundamental. É prevista a realização de uma reunião com a equipe gestora da escola, professores, pais ou responsáveis por alunos com deficiência para explicar a intenção do projeto, o qual visa contribuir para inclusão por meio de atividades das aulas de educação física. Nesse momento é importante ouvir os participantes acerca dos problemas e dificuldades enfrentadas para efetivação da inclusão. Posteriormente é elaborado o projeto de ação embasado nos pressupostos psicopedagógicos.

No presente estudo os princípios teóricos e metodológicos da pesquisa participante orientaram a construção do plano de ação a ser desenvolvido semanalmente no período de um semestre letivo em uma escola pública de ensino fundamental.

O plano de ação é composto das seguintes atividades: Gincanas com alunos, professores e famílias, Torneio de futebol e vôlei, palestra para professores e famílias, teatro, assistir e debater filmes. Além dos professores de educação física, os demais docentes da escola são convidados a participar, assim como os pais de alunos com e sem deficiência. Ao final o projeto é avaliado pelos participantes a luz dos objetivos almejados.

4 Considerações Finais

É função social da escola compartilhar o conhecimento acumulado historicamente pela humanidade, sem fazer distinção entre os alunos; dessa forma deve valorizar as diferenças, a singularidade e respeitar o princípio da pluralidade. O desafio está em favorecer a aprendizagem, mediando as interações e comunicações entre os diferentes. Trata-se de reconhecer a legitimidade do mundo do outro, a vida do outro

com suas especificidades, respeitando-o em suas diferenças e diminuindo as distâncias de forma solidária e democrática.

A Educação Física é uma área do conhecimento que favorece a efetivação de um espaço escolar inclusivo à medida que o trabalho com o corpo e a mente pode facilitar a construção de vínculos entre as pessoas, com e sem deficiência. É fundamental aos deficientes o sentimento de pertencimento ao grupo, assim como é enriquecedor a pessoa sem deficiência compreender e aceitar a diversidade que caracteriza a sociedade. Assim todos constroem suas identidades de cidadãos, cuja diferença não exclui direitos.

Quanto mais cedo a escola se torna inclusiva, mais rápido se efetivará a sociedade inclusiva. O ser humano, com ou sem deficiência, interagindo em um ambiente que respeita sua realidade tende a se desenvolver em todos os aspectos: físico, cognitivo, emocional, social. Para tanto, escola e sociedade precisam rever seus conceitos e pré-conceitos com relação ao diferente e construir uma nova visão, pois são as diferenças que movem o mundo.

5 Referências

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: 08 de abril. 2019.

FERREIRA, M. C. C. e FERREIRA, J. R. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In: Góes, M. C. R. e Laplane, A. L. F. **Políticas e práticas de educação inclusiva**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, pp. 21-48, 2004.

GIL, N. A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, Wanderley C. Algumas Reflexões Sobre o Curso de Pedagogia à Luz de Michel Serres. **Revista Vertentes**, São João del Rei, nº 21, p.98-104, jan. / jun., 1988.

RODRIGUES, D. **A Educação Física perante a Educação Inclusiva**: reflexões conceituais e metodológicas. Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física, Lisboa, n. 24-25, 2003. Disponível em: <http://www.spef.pt>. Acesso em 08 de abril. 2019.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 10 de abril. 2019.